

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
31 de dezembro de 2017 e 2016					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Notas	Reclassificado		Consolidado	
		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	(2.138)	174
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica/Gás		-	-	(3.141)	(1.575)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(1.636)	(1.651)
Taxa de fiscalização		-	-	-	-
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		(151)	-	(3.380)	(3.595)
Entidade de previdência privada		-	-	(9)	42
Serviços de terceiros		717	(5.628)	(17.723)	(22.006)
Material		-	-	(1.308)	(1.814)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		-	-	(142)	(304)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	9.1	-	-	23.664	38.943
Depreciação e amortização		-	-	(23.664)	(24.011)
Outras despesas operacionais	20	(119)	(899)	189.437	(2.406)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		447	(6.527)	162.098	(18.377)
Lucro Bruto		447	(6.527)	159.960	(18.203)
Resultado de equivalência patrimonial	9	124.530	9.368	-	-
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	6.421	8.283	25.139	18.065
Despesas financeiras	21	(4.409)	(4.163)	(7.666)	(6.960)
Variações cambiais, líquidas	21	-	-	(40)	(15.030)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		2.012	4.120	17.433	(3.925)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		126.989	6.961	177.393	(22.128)
Contribuição social		-	-	(4.770)	(44)
Imposto de renda		-	-	(13.203)	(99)
Contribuição social diferida	8	-	1.089	(8.156)	9.885
Imposto de renda diferido	8	-	3.025	(22.657)	27.459
TOTAL DOS TRIBUTOS		-	4.114	(48.786)	37.201
Lucro do Exercício Proveniente de Operações em Continuidade		126.989	11.075	128.607	15.073
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	1.2.1	-	227.794	-	291.283
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	1.2.1	-	-	(1.617)	(3.980)
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	1.2.1	-	(31.072)	-	(77.018)
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	196.722	(1.617)	210.285
Lucro Líquido do Exercício		126.989	207.797	126.990	225.358
Atribuído a acionistas controladores		126.989	207.797	126.989	207.797
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	1	17.561
Resultado por ação básico e diluído					
Por ação ordinária		0,23089	0,37781	0,23089	0,37781
Por ação preferencial		0,23089	0,37781	0,23089	0,37781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
31 de dezembro de 2017 e 2016					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Notas	Reclassificado		Consolidado	
		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício		126.989	207.797	126.990	225.358
Outros resultados abrangentes:					
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro					
Ajuste de avaliação atuarial		-	(430.689)	-	(1.234.962)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	146.425	-	419.887
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		126.989	(76.467)	126.990	(589.717)
Atribuído a quotistas da empresa controladora		-	-	126.989	(76.467)
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	1	(513.250)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
31 de dezembro de 2017 e 2016						
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
Descrição	2017	2016	Reapresentado		Reapresentado	
			Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício nas operações em continuidade	126.989	11.075	128.607	15.073		
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais						
Depreciação e amortização	-	-	23.664	24.011		
Variação monetária/Cambial	(92)	350	(348)	16.013		
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	313	-	1.346	780		
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(3.694)	(5.722)	(20.586)	(12.994)		
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	-	-	-	62		
Resultado da equivalência patrimonial	(124.530)	(9.368)	-	-		
Provisão (Reversão) para redução ao provável valor de realização	-	-	(23.664)	(38.943)		
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	(4.114)	30.813	(37.343)		
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	27	1		
Redução (aumento) dos ativos:						
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	44	(3.041)	17.938	(3.165)		
Outros tributos compensáveis	-	-	(218)	(335)		
Contas a receber	-	-	2.406	-		
Outros créditos	-	-	32	(101)		
Despesas pagas antecipadamente	(30)	(1.003)	(2.925)	(1.063)		
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	(3.680)	(450)	(4.511)	(20)		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	55	2		
Outros tributos a pagar	(7)	21	21	(323)		
Obrigações sociais e trabalhistas	5	-	(128)	306		
Encargos setoriais	-	-	784	(746)		
Outras obrigações	-	-	5	(4)		
(4.682)	(12.220)	153.185	(38.636)	(374)		
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	(120)	(2.664)		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(626)	(637)	(27.650)	(2.654)		
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	2.258	20.519	9.002	31.472		
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais continuadas	(3.050)	7.662	134.417	(10.192)		
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais descontinuadas	-	1.940	1.902	1.694.434		
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(3.050)	9.602	136.319	1.684.242		
Atividades de investimentos:						
Aplicações em investimentos de curto prazo	(31.101)	(179.980)	(281.594)	(262.478)		
Resgates de investimentos de curto prazo	20.311	462.943	138.610	564.141		
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(348)	(556)	(1.078)	(1.086)		
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos em continuidade	(11.138)	282.407	(144.062)	300.577		
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	-	-	(1.345)	(1.196.538)		
feito da cisão - descontinuidade do investimento na Eletropaulo	-	-	-	(198.773)		
Efeito - descontinuidade do investimento na AES Serviços	-	-	-	5.313		
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	(11.138)	282.407	(145.407)	(1.089.421)		
Atividades de financiamentos:						
Pagamento relacionado à redução de capital/obrigações com acionistas	-	(277.802)	-	(277.802)		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	(199)		
Recuperação de ações - direito de retirada	-	-	-	(17.105)		
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade	-	(277.802)	(17.105)	(278.001)		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	-	-	(555)	(436.743)		
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	-	(277.802)	(16.660)	(714.744)		
Varição no caixa líquido da Companhia	(14.188)	14.207	(26.748)	(119.923)		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	14.232	25	26.946	146.869		
Saldo de caixa de operações descontinuadas	-	-	(83)	-		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	44	14.232	115	26.946		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reapresentado		Reapresentado		2017	2016	Reapresentado		Reapresentado	
	Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
1. RECEITAS	-	-	(2.354)	193	-	-	-	119	175	
Receita bruta de serviços	-	-	(2.354)	-	-	-	25	(4.114)	50.792	
Eficiência energética	-	-	-	193	-	-	25	(4.114)	49.151	
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	(4.114)	48.786	
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	603	(6.522)	190.907	11.102	-	-	-	(179)	137	
Material	-	-	(1.308)	(1.666)	-	-	-	(39)	30	
Outros despesas operacionais	(114)	(894)	213.079	36.349	25	-	25	-	497	
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(3.141)	(1.575)	-	-	-	-	86	
Serviços de terceiros	717	(5.628)	(17.723)	(22.006)	-	-	-	-	4	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	603	(6.522)	188.553	11.295	-	-	-	-	4	
4. RETENÇÕES	-	-	(23.664)	(24.011)	-	-	-	-	4	
Depreciação e amortização	-	-	(23.664)	(24.011)	-	-	-	-	4	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	603	(6.522)	164.889	(12.716)	-	-	-	-	-	
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	130.951	214.373	23.522	228.350	-	-	-	-	1.637	
Receitas financeiras	6.421	8.283	25.139	18.065	-	-	-	-	1	
Resultado de participações societárias	124.530	9.368	-	-	-	-	-	-	1.636	
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	-	-	(1.617)	(3.980)	4.414	4.168	7.823	22.098	22.098	
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	-	227.794	291.283	291.283	4.409	4.163	7.706	21.990	21.990	
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	-	(31.072)	-	(77.018)	5	5	117	108	108	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	131.554	207.851	188.411	215.634	126.989	207.797	126.990	225.358	225.358	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	131.554	207.851	188.411	215.634	30.160	6.612	30.160	6.612	9.196	
Empregados (Colaboradores)	126	-	2.806	3.011	6.350	9.196	6.350	9.196	9.196	
Salários e encargos	126	-	2.292	2.323	-	-	191.989	-	191.989	
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	386	555	30.160	-	30.160	-	30.160	
Benefícios	-	-	9	(42)	60.319	-	60.319	-	60.319	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasiliiana Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda., sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços") e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana" ou "Usina") mediante participação direta no capital dessas sociedades.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

1.1 Reorganizações societárias e operações descontinuadas

1.1.1 AES Serviços

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e em função da controlada direta AES Serviços ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada. A Companhia passou então a adotar o tratamento contábil adequado à esta transação, apresentando os ativos, passivos e resultado da controlada como operações descontinuadas.

1.1.2 AES Elpa

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia, sua controlada AES Elpa S.A. e antiga controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"). A Reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da AES Elpa com a incorporação dos respectivos ativos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Companhia (AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR), e da AES Elpa passaram a deter participação direta na Eletropaulo. Após a cisão parcial, a Companhia deixou de possuir qualquer participação na Eletropaulo.

A Reorganização não implicou na alteração do acionista controlador direto da Companhia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil Ltda. Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

1.2 Reclassificações resultantes da reorganização societária e operações descontinuadas

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

1.2.1 Demonstração dos Resultados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pendentes as seguintes condições precedentes (i) contrato de venda de energia elétrica entre a YPF e a entidade argentina CAMMESA; (ii) contratos de transporte de gás entre a controlada Uruguiana e a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) e a distribuição de gás entre a controlada Uruguiana e Sulgás; (iii) autorização para exportação de energia, que será concedida pelo MME quando a autoridade argentina requerer o despacho da usina de Uruguiana para a Argentina, após existir o contrato entre a YPF e a CAMMESA. O contrato com a YPF compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerado.

Baseada nos eventos descritos acima, a controlada Uruguiana concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional atuais, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado.

Holding
AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia divulgou ao mercado fato relevante, informando que estuda a possibilidade e conveniência de submeter à CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da controlada AES Elpa, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo, nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada AES Elpa. Os prazos, estrutura pretendida e outras informações relacionadas ao referido processo de cancelamento de registro serão informados uma vez confirmada a intenção de se prosseguir com o pedido.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 23 de março de 2018, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1

Controladora				Consolidado			
Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado	Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado
ATIVO							
CIRCULANTE							
	14.232	-	14.232		26.946	-	26.946
	31.611	-	31.611		79.522	-	79.522
	-	-	-		6.777	-	6.777
(a)	1.183	(1.183)	-	(a)	12.410	(12.410)	-
	-	-	-	(a)	757	-	-
(a)	-	1.183	1.183	(a)	-	13.167	13.167
	27.321	-	27.321		-	-	-
	-	-	-		6.012	-	6.012
	-	-	-	(b)	21.275	(21.275)	-
	-	-	-	(b)	1.338	-	-
(b)	1.017	(1.017)	-	(b)	1.429	(1.429)	-
(b)	-	1.017	1.017	(b)	-	24.042	24.042
	75.364	-	75.364		156.466	-	156.466
TOTAL ATIVO CIRCULANTE							
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
	-	-	-		33.121	-	33.121
	-	-	-		37.058	-	37.058
	39.396	-	39.396		63.221	-	63.221
	-	-	-	(c)	75.061	(75.061)	-
	-	-	-	(c)	643	(643)	-
	-	-	-	(c)	(75.060)	-	-
	54.407	-	54.407		-	644	644
	-	-	-		371.543	-	371.543
	-	-	-		(360.845)	-	(360.845)
	93.803	-	93.803		144.742	-	144.742
	169.167	-	169.167		301.208	-	301.208

Controladora				Consolidado			
Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado	Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado
PASSIVO							
CIRCULANTE							
	3.855	-	3.855		9.804	-	9.804
	-	-	-	(d)	364	(364)	-
	-	-	-	(e)	27	(27)	-
(e)	77	(77)	-	(e)	2.027	(2.027)	-
(e)	-	77	77	(e)	-	2.054	2.054
	49.983	-	49.983	(d)	50.016	(5.837)	50.016
	-	-	-		156	-	156
	-	-	-	(d)	1.773	(1.773)	-
	-	-	-	(d)	773	(1.773)	-
	-	-	-	(d)	4.986	(4.986)	-
	-	-	-	(d)	9	14.733	14.742
	53.915	-	53.915		76.772	-	76.772
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE							
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
	-	-	-		70.887	-	70.887
	-	-	-	(f)	46	(46)	-
	38.893	-	38.893	(f)	61.869	-	61.869
	-	-	-	(f)	2.629	(2.629)	-
	9.010	-	9.010	(f)	9.010	-	9.010
	-	-	-	(f)	84	(64)	-
	-	-	-	(f)	12.017	(12.017)	-
	-	-	-	(f)	-	14.756	14.756
	47.903	-	47.903		156.522	-	156.522
	67.349	-	67.349		67.914	-	67.914
	169.167	-	169.167		301.208	-	301.208

COM O INTUITO DE ALINHAR O CRITÉRIO DE APRESENTAÇÃO COM AS MELHORES PRÁTICAS DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO, AS SEGUINTES RECLASSIFICAÇÕES FORAM REALIZADAS:

- (a) Os saldos das rubricas de "Imposto de renda e contribuição social compensáveis" e "Outros tributos compensáveis" para "Tributos e contribuições sociais compensáveis";
- (b) Os saldos das rubricas de "Outros créditos", "Almoxarifado", "Despesas pagas antecipadamente" para "Outros ativos circulantes";
- (c) Os saldos das rubricas de "Outros créditos", "Despesas pagas antecipadamente", "Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos" para "Outros ativos não circulantes";
- (d) Os saldos das rubricas de "Arrendamento financeiro", "Obrigações sociais e trabalhistas", "Encargos setoriais", "Repasse seguro - conta de energia" para "Outras obrigações";
- (e) Os saldos das rubricas de "Imposto de renda e contribuição social a pagar" e "Outros tributos a pagar" para "Tributos e contribuições sociais a pagar";
- (f) Os saldos das rubricas de "Arrendamento financeiro", "Encargos setoriais", "Obrigações sociais e trabalhistas" e "Receita diferida" para "Outras obrigações".

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data-base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados. O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas, destacando que a "AES Serviços" está classificada para operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 1.1:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2017	2016
Participação direta:			
AES Elpa S.A. ("Elpa")	Holding	99,42	98,26
AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços")	Prestação de serviços	100,00	100,00
AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana")	Geração	100,00	100,00

3. PRINCIPAIS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Contas a receber e outras contas a receber
Os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros "recebíveis". Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado") e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber incluem valores faturados, referentes aos serviços de distribuição e venda de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Cauções e depósitos vinculados
São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

(d) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
Conforme descrito na nota explicativa nº 24.1, são classificados como fornecedores, contas a pagar por compra de energia - CCEE, Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, Subvenções governamentais, Encargos setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.2 Imobilizado
Na controlada Uruguiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.3, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2017. Na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado.

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativo imobilizado)
A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, exceto quanto aos ativos imobilizados da controlada Uruguiana, não foi identificado nenhum outro evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Na controlada Uruguiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.3, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.

3.4 Contratos de arrendamento
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia e suas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a duração prevista do contrato de arrendamento.

3.5 Investimentos em controladas
Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais). De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data base que as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, a controlada Uruguiana mantém provisão integral para redução ao provável valor de recuperação do seu ativo imobilizado.

2.2 Base de preparação e apresentação
Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfeitamente coincidir com os totais apresentados.

Continuidade operacional
Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia adota políticas de gerenciamento de caixa com objetivo de minimizar o seu risco de liquidez. Contudo, como sua principal atividade é exercer o controle acionário de outras entidades, seu fluxo de caixa depende de dividendos recebidos de suas controladas. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

- **Controlada AES Elpa**
Devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa 1.1, a controlada AES Elpa deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

- **Controlada Uruguiana**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, a controlada Uruguiana continua envidando esforços para buscar alternativas que viabilizem a remuneração dos ativos da Usina.

Em 2017, a controlada Uruguiana celebrou contrato com a YPF, no qual a controlada será remunerada tanto pela disponibilidade quanto pela geração de energia elétrica por encomenda. O referido contrato possui condições precedentes, as quais quando satisfeitas, permitirá a controlada Uruguiana auferir receita oriunda do mesmo.

Sistema Empresas.Net
Nos quadros individuais e consolidados da "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Reclassificação de saldos comparativos
A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente autorizados em 17 de fevereiro de 2017. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

Controladora				Consolidado			
Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado	Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado
	14.232	-	14.232		26.946	-	26.946
	31.611	-	31.611		79.522	-	79.522
	-	-	-		6.777	-	6.777
(a)	1.183	(1.183)	-	(a)	12.410	(12.410)	-
	-	-	-	(a)	757	-	-
(a)	-	1.183	1.183	(a)	-	13.167	13.167
	27.321	-	27.321		-	-	-
	-	-	-		6.012	-	6.012
	-	-	-	(b)	21.275	(21.275)	-
	-	-	-	(b)	1.338	-	-
(b)	1.017	(1.017)	-	(b)	1.429	(1.429)	-
(b)	-	1.017	1.017	(b)	-	24.042	24.042
	75.364	-	75.364		156.466	-	156.466

Controladora				Consolidado			
Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado	Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado
	-	-	-		33.121	-	33.121
	-	-	-		37.058	-	37.058
	39.396	-	39.396		63.221	-	63.221
	-	-	-	(c)	75.061	(75.061)	-
	-	-	-	(c)	643	(643)	-
	-	-	-	(c)	(75.060)	-	-
	54.407	-	54.407		-	644	644
	-	-	-		371.543	-	371.543
	-	-	-		(360.845)	-	(360.845)
	93.803	-	93.803		144.742	-	144.742
	169.167	-	169.167		301.208	-	301.208

Controladora				Consolidado			
Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado	Referência	2016	Reclassificações	Reclassificado
	3.855	-	3.855		9.804	-	9.804
	-	-	-	(d)	364	(364)	-
	-	-	-	(e)	27	(27)	-
(e)	77	(77)	-	(e)	2.027		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Impostos**
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) **Valor justo de instrumentos financeiros**
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados, estão descritos na nota explicativa nº 24.1.

(e) **Provisão para litígios**
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, às eventuais mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.15 **Novos pronunciamentos, interpretações e orientações**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos abaixo mencionados. Em relação aos pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 e 2019, a Companhia não espera impactos significativos.

Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017
CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa
As alterações exigem que uma entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.
CPC 32/IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas
As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornece orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explica as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.
Ciclo de melhorias anuais 2015-2017
As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação do CPC 45/IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às partes de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.

Revisão de normas e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017
Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:
CPC 10/IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações
As alterações abordam três áreas principais: (i) os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; (ii) a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e (iii) contabilização quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. A Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não terá efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que os valores envolvidos em seus programas de pagamentos baseados em ações, não são significativos.
Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento
As alterações esclarecem que uma transferência para, ou a partir de, propriedades para investimento exige uma avaliação sobre se uma propriedade se enquadra, ou deixou de se enquadrar, na definição de propriedade para investimento, apoiada por evidências observáveis de uma mudança no uso. As alterações esclarecem, ainda, que situações além daquelas descritas no CPC 28/IAS 40 podem evidenciar uma mudança no uso e que referida mudança é possível para propriedades em construção (ou seja, uma mudança no uso não se limita a propriedades concluídas). A Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não terá efeitos sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia não possui ativos classificados como propriedade para investimentos.
ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos
O ICPC 21/IFRIC 22 aborda como deve ser definida a "data da transação", com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). A interpretação específica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. A Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não terá efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia não possui transação de pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada.
IFRS 9/IAS 39 - Instrumentos Financeiros Substituídos a IAS 39 - Instrumentos Financeiros
Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("impairment") e contabilidade de hedge.
Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado. A Companhia possui ativos financeiros disponíveis para venda e recebíveis.
Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda não apresentam variação significativa entre o valor contábil e seu valor justo. Não há saldos acumulados em outros resultados abrangentes decorrentes desta diferença. A Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não terá efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que não há diferenças materiais entre o valor contábil e o respectivo valor justo.
Contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

Em relação à regra de perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros, a mesma requer que as empresas registrem contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito (perda estimada e não mais perda incorrida). Também em relação a esse aspecto, a Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não terá efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia não possui perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.
CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes
O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47/IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflète a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.
Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.
O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo à cada período anterior apresentado ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento na data da aplicação inicial.

A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método de apresentação retrospectiva com efeito cumulativo na data de aplicação inicial (item ii descrito acima). Desta forma, a aplicação deste pronunciamento nas demonstrações contábeis tem data inicial em 1º de janeiro de 2017. A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 e a conclusão é de que não haverá impactos em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.
A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:
1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocar às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou à medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.
A Companhia reconhece receita proveniente de suprimento de energia elétrica. A expectativa da Companhia é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento. De acordo com a análise realizada pela Companhia, concluiu-se que a receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflète o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.
Receita de suprimento de energia
A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período e as faturas emitidas de acordo com o preço contratado. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme contratado. A receita de suprimento de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.
De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia deve avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.
A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de suprimento de energia e a conclusão é de que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE
A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de venda de energia na CCEE e a conclusão é de que não haverá impactos em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.
Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, Substituído ao CPC 06 (R1)/IAS 17
Operações de arrendamento mercantil, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.
Data de vigência ainda não definida:
Alterações ao CPC 36/IFRS 10 e ao CPC 18/IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)
As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido no CPC 15/IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiu indefinidamente a data de vigência das referidas alterações.

4. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO**

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de operação				
Numerário disponível	44	19	115	351
Operação compromissada	–	14.213	–	26.595
Total	44	14.232	115	26.946
Investimentos de curto prazo				
Tipo de operação				
CDB-DI	28.659	15.812	78.776	32.440
Operação compromissada	14.964	15.799	149.836	47.082
Total	43.623	31.611	228.612	79.522
Total geral	43.667	45.843	228.727	106.468

Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em média, no caso da Companhia a 97,70% do CDI (95,34% em 31 de dezembro de 2016) e nas controladas variando de 96,60% a 97,35% do CDI (99,14% a 99,43% em 31 de dezembro de 2016).

5. **CONTAS A RECEBER**

A composição do saldo de contas a receber é como segue:

	Consolidado				
	2017				
	Saldos vencidos	Mais de 90 dias	Total		
CIRCULANTE					
Venda de energia no curto prazo (i)	561	–	561		
NÃO CIRCULANTE					
Energia no curto prazo - CCEE - Nota nº 15	–	33.121	33.121		
Total	561	33.121	33.682		
	Consolidado				
	2016				
	Saldos vencidos	Saldos vencidos mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido
CIRCULANTE					
Venda de energia no curto prazo (i)	2.967	–	2.967	–	2.967
Eficiência Energética	1.016	–	1.016	–	1.016
Seguros	2.405	–	2.405	–	2.405
Operações em substâncias e manutenções	389	–	389	–	389
Penalidade por falha fornecimento gás (ii)	–	4.248	4.248	(4.248)	–
Subtotal	6.777	4.248	11.025	(4.248)	6.777
NÃO CIRCULANTE					
Energia no curto prazo - CCEE Nota nº 15	–	33.121	33.121	–	33.121
Subtotal	–	33.121	33.121	–	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	6.777	37.369	44.146	(4.248)	39.898

(i) O saldo refere-se basicamente aos custos adicionais de operação de caráter emergencial em 2014 (vide nota explicativa nº 1.3) pendentes de ressarcimento. Desde outubro de 2016 o saldo encontra-se em análise pelo órgão regulador. Em 30 de junho de 2017 a controlada Uruguiana, efetuou um ajuste na estimativa no valor a receber, referente ao referido ressarcimento, no montante de R\$ 2.454. Quando da conclusão da análise pelo órgão regulador, o recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.
(ii) O montante de R\$ 4.248 faz parte do acordo entre a controlada Uruguiana e a YPF, em que as partes renunciaram a todos os direitos referentes ao requerimento de arbitragem, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.2 (d.2). Desta forma, tanto o valor a receber, quanto a respectiva provisão foram baixados.

6. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE				
Imposto de renda	675	–	13.692	6.495
Contribuição social	15	–	4.186	1.781
Imposto de renda retido na fonte	1.293	1.183	5.554	4.134
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	–	–	–	402
COFINS	–	–	454	275
PIS	–	–	99	60
Outros	–	–	–	20
Total	1.983	1.183	23.985	13.167

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).
O saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis na Companhia, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e suas controladas, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.171/2017.
Ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada Uruguiana apuro lucro tributável de R\$ 52.769. As antecipações de IRPJ e CSLL efetuadas durante o exercício de 2017, devido principalmente ao recebimento do acordo com a YPF, foram superiores aos valores apurados a recolher ao término do exercício. Dessa forma, os valores de antecipações efetuadas no exercício de 2017 referente a IRPJ e CSLL no montante de R\$ 11.609 e R\$ 4.171, respectivamente, tornaram-se créditos fiscais.

7. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS**

	Consolidado		
	Balanço Patrimonial		Resultado
	2017	2016	2017

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

Tributos ativos:
Operações em continuidade
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i) – 1.445 (1.445)
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (i) – 30.576 (30.576)
Variação cambial (i) – (16.277) (16.277)
Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa – 15.069 (15.069)
Total de operações em continuidade – **30.813** **(30.813)**

Operações descontinuadas
Provisão de benefício a empregados - PLR/Bônus – 721 –
Provisão para materiais e serviços – 448 –
Provisão para Contingências - Trabalhistas/Fiscal – 228 –
Prejuízo Fiscal/Base Negativa – 4.827 –
Outros – 21 –
Total de operações descontinuadas – **6.245** **(6.245)**

Recita de imposto de renda e contribuição social diferidos
Ativo fiscal diferido, líquido – **37.058** **(37.058)**

(i) Em janeiro de 2017 os ativos fiscais diferidos constituídos pela controlada Uruguiana em dezembro de 2016 foram realizados devido ao resultado tributável gerado pelo acordo com a YPF (vide nota explicativa nº 14.2 (b.3)). Em relação ao prejuízo fiscal e base negativa, vale ressaltar que a informação referente a controlada Uruguiana foi de R\$ 37.058.
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e as controladas Uruguiana e AES Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	2017	
	Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016		37.058
Impacto no resultado - operações continuadas		(30.813)
Efeito de operações descontinuadas (i)		(6.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		–

8. **OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE				
Ressarcimento de manutenção (i)	–	–	21.085	21.085
Adiantamentos a empregados	–	–	11	135
Plano de previdência - Fundo de desligados	–	–	–	41
Almoxarifado	–	–	–	1.338
Despesas pagas antecipadamente	1.029	1.017	1.993	1.429
Outros	–	–	22	14
Total	1.029	1.017	23.111	24.042
NÃO CIRCULANTE				
Direito do uso do gás (ii)	–	–	–	75.061
Despesas pagas antecipadamente	28	–	2.879	644
Subtotal	28	–	2.879	75.705
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (ii)	–	–	–	(75.061)
Total	28	–	2.879	644

(i) O Ministério de Minas e Energia, através da portaria nº 28 de 10 de fevereiro de 2015, estabeleceu que os custos de manutenção da unidade geradora a gás poderão ser recuperados por meio dos ESS (Encargo do Serviço do Sistema). Desta forma, a Companhia registrou um recebível em contrapartida a uma recuperação de custo em sua demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou seu pedido junto à ANEEL de ressarcimento dos referidos custos, os quais estão sujeitos à auditoria e aprovação por parte do órgão regulador. Em 26 de maio de 2017, a ANEEL, por meio de ofício, solicitou a realização de auditoria dos custos incorridos para a execução das atividades de manutenção para fins de ressarcimento. Assim, em 31 de dezembro de 2017 o processo ainda se encontra em análise pela agência. O recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.
(ii) Em 06 de janeiro de 2017 foi aprovado o acordo entre a controlada Uruguiana e a YPF (vide nota explicativa 14.2 (b.3)) para encerrar as discussões no âmbito da arbitragem, inclusive o direito do uso do gás. Com a efetivação formal do acordo entre as partes, o valor do ativo foi baixado junto com a respectiva provisão para provável valor de recuperação.

9. **INVESTIMENTOS**

	Controladora	
	2017	2016
	Participações societárias permanentes	101.712
Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	(730)	–
Total	100.982	54.407

Devido ao investimento na controlada AES Elpa estar negativo, os saldos foram reclassificados para o passivo na rubrica Provisão para patrimônio líquido negativo de controladas.

Composição dos investimentos	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Serviços	Total
	Participação direta			
31.12.2016	98,26%	100,00%	100,00%	–
31.12.2017	99,42%	100,00%	100,00%	–
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2016	93.404.112	1.015.222.738	29.172	–
Percentual de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2016	98%	100%	100%	–
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2017	93.404.112	1.015.222.738	29.172	–
Percentual de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2017	99,42%	100%	100%	–
Valor do capital social				
31.12.2016	25.501	8.562	29.172	–
31.12.2017	8.396	27.144	29.172	–
Patrimônio Líquido				
31.12.2016	16.216	35.705	2.768	–
% de participação	98,26%	100,00%	100,00%	54,407
Saldo do investimento	15.934	35.705	2.768	–
Patrimônio Líquido				
31.12.2017	(735)	100.561	1.151	–
% de participação	99,42%	100,00%	100,00%	100,982
Saldo do investimento	(730)	100.561	1.151	–
Resultado do exercício				
31.12.2017	154	125.994	(1.617)	–

Lucro (prejuízo) líquido das controladas no exercício
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital da controlada Uruguiana no montante de R\$ 18.582, sem emissão de ações. O referido aumento de capital não alterou o percentual de participação da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017 foi aprovado o cancelamento das 1.113.826 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

Movimentação dos investimentos	Eletropaulo	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Serviços	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2015	125.224	1.441.998	30.428	6.748
Equivalência patrimonial - operações continuadas					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é demonstrada abaixo:

	Consolidado										
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso	Depreciação	Total líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	380	583.464	154.868	14.794	124	1.149	8.770	54.976	5.427	(391.780)	432.172
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	5.318	(25.197)	(19.879)
Transferências	-	-	-	-	-	8.600	-	-	(8.600)	-	-
Baixas	-	(187)	-	(4)	-	-	(43)	-	-	172	(62)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	(53.103)	-	12.415	(40.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	380	583.277	154.868	14.790	124	9.749	8.727	1.873	2.145	(404.390)	371.543
Adições	-	-	-	-	-	-	-	443	596	(25.742)	(24.703)
Transferências	-	-	-	-	-	1.991	-	-	(2.434)	-	(443)
Baixas	-	-	-	-	-	(62)	-	(38)	-	89	(11)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito das operações descontinuadas	-	-	-	-	(124)	(11.412)	(200)	(2.278)	(12)	4.916	(9.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	380	583.277	154.868	14.790	-	266	8.527	-	295	(425.127)	337.276
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(285)	(583.277)	(154.868)	(14.790)	-	(266)	(8.527)	-	(295)	425.127	(337.181)
Total imobilizado, líquido da provisão em 31 de dezembro de 2017	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95

10.1 Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a controlada Uruguiana por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperação dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores. Os saldos de provisões para redução ao provável valor de realização de ativos referem-se ao imobilizado, no montante de R\$ 337.181 (R\$ 360.845 em 31 de dezembro de 2016), ambos da controlada Uruguiana.

11. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE	-	-	-	373
Transações no mercado de curto prazo	-	-	-	8.531
Materiais e Serviços	175	3.854	1.292	9.900
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota 23	-	1	-	804
Total	175	3.855	1.292	9.004
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
Contas a pagar por compra de energia - CCEE - nota 15	-	-	70.887	70.887
Total	-	-	70.887	70.887
Total Geral	175	3.855	72.179	80.891

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE	-	-	-	-
Federais	-	-	-	19
Imposto de renda	-	-	-	8
Contribuição Social	-	-	-	212
PIS	-	-	-	977
COFINS	-	-	-	31
IRRF	1	20	4	14
FGTS	-	-	-	350
INSS	4	-	51	96
Outros	7	57	23	92
Total	12	77	96	1.908
Estaduais	-	-	-	1
ICMS	-	-	-	1
Municipais	-	-	-	-
ISS	-	-	4	145
Total	-	-	4	145
Total	12	77	96	2.054

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE	-	-	-	364
Arrendamento financeiro	-	-	-	954
Obrigações sociais e trabalhistas	5	-	118	2.111
Férias	-	-	209	2.437
Participação nos lucros e resultados	-	-	282	335
Bônus (i)	-	-	308	138
Encargos setoriais	-	-	136	1.635
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	3.760	1.773
Reculta Diferida	-	-	-	4.986
Repasse seguro - conta de energia	-	-	-	9
Outras obrigações	5	-	8	14.742
Subtotal	5	-	4.818	14.742
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	-	-	-	46
Bônus (i)	-	-	34	64
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	1.290	2.629
Reculta Diferida	-	-	-	12.017
Subtotal	-	-	1.324	14.756
Total	5	-	6.142	29.498

(i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pelas controladas Uruguiana e AES Serviços por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

14. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

14.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável
As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2017	2016	2017	2016
Fiscal	-	-	-	-
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	39.430	37.188	39.430	37.188
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	2.182	1.705	2.176	1.688
Total	41.612	38.893	41.606	38.876
Não Circulante	41.612	38.893	-	-
Total	41.612	38.893	-	-

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2017	2016	2017	2016
Fiscal (a)	-	-	-	-
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	62.287	58.754	62.287	58.755
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	3.941	2.539	3.893	2.494
Trabalhista (b)	167	732	88	403
Processos cíveis	-	-	-	3
Total	66.395	62.025	66.268	61.655
Circulante	99	156	-	-
Não Circulante	66.296	61.869	-	-
Total	66.395	62.025	-	-

O total de cauções de depósitos vinculados existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado:

	Controladora		Consolidado	
	Cauções e Depósitos Vinculados		Cauções e Depósitos Vinculados	
	2017	2016	2017	2016
	Processos prováveis	41.606	38.876	66.268
Processos possíveis	20	-	902	869
Processos remotos	554	520	692	697
Total	42.180	39.396	67.862	63.221

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora			
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Saldo final 31.12.2017
	Fiscal	-	-	-
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	37.188	-	2.241	39.429
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	1.705	313	165	2.183
Total	38.893	313	2.406	41.612

	Consolidado					
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingres-sos	Atualizações	Paga-mentos	Rever-sões	Efeitos da Descontinuidade
	Fiscal	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	58.754	-	3.532	-	-	62.286
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	2.445	1.226	271	-	-	3.942
Trabalhista (b)	154	262	13	(120)	(142)	167
Subtotal	61.353	1.488	3.816	(120)	(142)	66.395
Operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Fiscal	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	94	13	9	-	-	(116)
Trabalhista	578	1.074	75	(336)	(254)	(1.137)
Subtotal	672	1.087	84	(336)	(254)	(1.253)
Total	62.025	2.575	3.900	(456)	(396)	66.395

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) **Fiscal**
PIS/COFINS: A Companhia e sua controlada AES Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. Para a ambas as Companhias, foram proferidas decisões desfavoráveis de 1º e 2º instância. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial e não admitiu o recurso extraordinário da Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos de agravo, os quais serão julgados, respectivamente, pelo Tribunal Regional Federal e pelo Supremo Tribunal Federal. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos serão concluídos em 2019.

(a.2) **PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia e suas controladas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, as controladas vêm efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

(b) **Trabalhista**
Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$167 (R\$ 732 em 31 de dezembro de 2016), correspondente à demanda de 3 processos prováveis em 31 de dezembro de 2017 (15 processos prováveis em 31 de dezembro de 2016). A Administração das controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos entre 2017 e 2020.

14.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia e suas controladas apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fiscal	648.076	609.620	698.274	657.071
Cível	Não determinado	Não determinado	80.065	75.515
Total	648.076	609.620	778.339	732.586

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

Fiscal

Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$552.012 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$520.849 em 31 de dezembro de 2016) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, revivida pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A. Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em primeira instância. Em segunda instância, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou com Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em que pese a decisão administrativa desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL
Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tiê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário. Em agosto de 2016, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$63.795 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$61.152 em 31 de dezembro de 2016).

Compensações administrativas - créditos de IRRF

Créditos de IRRF - Em junho de 2010 a Companhia apresentou recurso administrativo em face da decisão da Receita Federal de 1ª instância que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no valor de R\$ 28.793 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$27.619 em 31 de dezembro de 2016), existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - IRRF feitas pela Eletropaulo. Até o momento, aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Companhia perante a 2ª Instância Administrativa.

PIS/COFINS sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguiana no valor de R\$26.253 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$24.742 em 31 de dezembro de 2016) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à controlada Uruguiana pelo Tribunal administrativo (CARR). Em decorrência, em janeiro de 2015, a controlada Uruguiana impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguiana, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável a controlada Uruguiana. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal Interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a controlada Uruguiana recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a controlada Uruguiana já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virt

Brasiliiana Participações S.A. Brasiliiana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2016 o Tribunal Arbitral emitiu o Laudo Final sobre os danos, determinando que a YPF pagasse à controlada Uruguiana o valor de US\$ 221.528. Nesta mesma data, a Corte Administrativa de Recursos Argentina - antes de divulgada a decisão final na arbitragem - ordenou que o Tribunal Arbitral não emitisse a decisão final, afirmando que, caso o fizesse a decisão seria nula, bem como alertou o Tribunal de Arbitragem, as partes e os advogados que os mesmos podem sofrer penalidades.

Em 02 de maio de 2016 a YPF apresentou pedido de anulação do Laudo Final perante o Tribunal Arbitral, solicitando que este pedido fosse remetido pelo Tribunal Arbitral à Corte Administrativa Argentina.

Em 04 de maio de 2016, considerando as decisões contraditórias proferidas pelo Tribunal Uruguai e o Argentino sobre o juízo competente para processar e julgar questões envolvendo o arbitragem, o Tribunal Arbitral decidiu não emitir resposta ao pedido da YPF.

Em 04 de maio de 2016, a controlada Uruguiana apresentou recurso à Suprema Corte de Justiça Argentina contra a decisão da Corte Administrativa de Recursos Argentina que havia anulado o Laudo Arbitral de Mérito (*Partial Award*).

Em 05 de maio de 2016 a controlada Uruguiana ajuizou ação na Justiça Americana (Novaorque) visando à confirmação e execução dos Laudos Arbitrais. Esta ação encontra-se atualmente em fase de citação da YPF na Argentina.

Em 09 de maio de 2016 a YPF apresentou uma cópia do Laudo Final na Corte Administrativa Argentina, requerendo às seguintes medidas contra as partes: (i) determinação de impedimento de iniciar ou continuar a execução da decisão proferida na arbitragem em qualquer jurisdição; e (ii) aplicação de sanções econômicas. A controlada Uruguiana foi notificada deste pedido em 15 de setembro de 2016 e apresentou sua resposta na sequência, contestando a competência da justiça para julgar a ação, alegando que esta não possui jurisdição em matérias discutidas fora do país, como a presente arbitragem, não podendo, portanto, impor quaisquer sanções às partes.

Em 30 de dezembro de 2016, as partes chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento de US\$ 60.000 (R\$ 190.164, já líquidos de IOF no montante de R\$ 726) à controlada Uruguiana para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem. O referido acordo foi aprovado pela Diretoria Executiva da YPF em 06 de janeiro de 2017 e os valores transferidos para a controlada Uruguiana em 10 de janeiro de 2017.

O Acordo previu que somente quando do recebimento do valor pela controlada Uruguiana, as discussões abrangidas na Arbitragem seriam então encerradas, o que ocorreu no dia 10 de janeiro com a transferência do valor com êxito.

Em razão do acordo, as partes renunciaram a todos os direitos referentes à arbitragem e desistiram das ações judiciais relacionadas, com exceção da ação anulatória do laudo arbitral movida pela YPF na Argentina. Isto porque o laudo arbitral que a YPF busca anular, além de ter estabelecido obrigação da YPF de indenizar a controlada Uruguiana, também determinou condenação da YPF em indenizar a TGM, com quem a YPF ainda não chegou a um acordo para encerrar as discussões.

14.3. Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e a controlada Uruguiana contrataram seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

	Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Companhia (i)				
Fiscal		2	507.372	0,40% a 0,54%
Controlada Uruguiana (ii)				
Fiscal		3	28.387	0,80% a 1,00%
Cível		1	105.000	0,65%
(i)	Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$505.558; e (b) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$1.814.			
(ii)	Seguro garantia nos processos fiscais e cíveis possíveis referentes (a) PIS/COFINS sobre receita de exportação no montante de R\$22.404; (b) Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$5.983; e (c) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE no montante de R\$105.000.			

15. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Os saldos apresentados a seguir são decorrentes de transações da controlada Uruguiana ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002. Essas transações poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela controlada Uruguiana (vide nota explicativa nº 14.2 (b.)) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, a interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.

	2017	2016
Descrição		
Contas a receber por venda de energia - CCEE (ativo)		
Ativo não circulante	33.121	33.121
Contas a pagar por compra de energia - CCEE (passivo)		
Passivo não circulante	(70.887)	(70.887)
Líquido a pagar	(37.766)	(37.766)
Transações		
CCEE - período de dezembro de 2000 a março de 2002		
Contas a receber por venda de energia	7.835	7.835
Contas a receber - encargos de serviço do sistema	25.286	25.286
Contas a pagar por compra de energia	(70.808)	(70.808)
Valores registrados com base na estimativa elaborada pela administração	(79)	(79)
Total das transações	(37.766)	(37.766)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R\$51.491 (R\$42.480 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominais.
Em 08 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital, sem emissões de novas ações, no montante de R\$ 9.010 mediante capitalização de créditos detidos pela acionista AES Holding Brasil Ltda. contra a Companhia.
A Companhia possuía saldo de contas a pagar em partes relacionadas no valor de R\$ 9.010 reconhecido no seu passivo não circulante correspondente a créditos que a The AES Corporation (AES Corp) detinha junto à Companhia, referente à remessa de recursos no início de 2004 para fazer frente a despesas diversas em decorrência do processo de reorganização societária do grupo AES no Brasil, concluído em dezembro de 2003. No entanto, conforme previsto no Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, firmado em 22 de dezembro de 2003, entre o BNDES, a BNDESPAR, a AES Holdings Brasil Ltda. (AES Brasil) e a AES Corp, tais despesas eram de responsabilidade da AES Brasil, de forma que a Companhia buscou alternativas para regularização deste passivo por meio da capitalização, sem diluição dos acionistas não controladores. Segundo o contrato de câmbio relacionado aos recursos recebidos, o valor recebido foi internalizado a título de investimento direto no Brasil para fins de aumento de capital. Todavia, o mesmo não havia sido incorporado ao capital social da Brasiliiana Energia S.A. Em setembro de 2006, a Brasiliiana Energia S.A. foi incorporada pela AES Transgás Empreendimentos S.A., com a sucessão do referido passivo entre partes relacionadas pela incorporadora. No mês de outubro do mesmo ano, a AES Transgás foi incorporada pela Energia Paulista Participações S.A., que teve sua denominação alterada para Companhia Brasiliiana de Energia. A Companhia Brasiliiana de Energia era a holding controlada pela AES Brasil e BNDESPAR, a qual passou por cisão parcial no exercício de 2015, no âmbito da implantação do projeto Baltimore, com transferência de parte dos seus bens, direitos e obrigações para a Companhia, sendo a Companhia a sucessora do passivo entre partes relacionadas.
Dentro deste contexto, com base em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia, a AES Holding Brasil Ltda., foi feita cessão do passivo da Companhia para a AES Holding Brasil Ltda., que assumiu a obrigação de todo e qualquer ônus decorrente deste passivo junto à Cemig II CV. Com a cessão do passivo junto à Cemig II CV, a Companhia substituiu o saldo do passivo junto à Cemig II CV por um saldo do passivo contra a AES Holding Brasil Ltda. Posteriormente, foi aprovada conversão do passivo da Companhia em capital social sem a emissão de novas ações.

16.2 Composição acionária

	2017		2016	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPAR	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00
	Preferenciais	Preferenciais	Preferenciais	Preferenciais
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	-	6	-
BNDESPAR	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

16.3 Reservas

	2017	2016	
Reservas de capital:			
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)	
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130	
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.807)	-	
Total	(3.158)	3.649	
Reservas de lucros:			
Reserva legal (iv)	7.736	1.386	
Reserva estatutária	13.223	13.223	
Reserva de lucros a realizar	6.611	6.611	
Reserva de dividendos não distribuídos	30.160	-	
Subtotal	57.730	21.220	
(i)	A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 1 das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2016.		
(ii)	Em 13 de junho de 2006, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasiliiana Energia S.A. (companhia com participações da AES Holdings Brasil e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasiliiana Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.		
(iii)	Devido à reorganização societária ocorrida em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº 1), foi assegurado o direito de ressco aos acionistas da controlada AES Elpa que dissertaram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017 foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada. O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$16.807.		
(iv)	Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. No encerramento do exercício de 2017, houve um incremento no saldo da reserva legal de R\$6.350, perfazendo o total de R\$7.736 em 31 de dezembro de 2017.		

17. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	126.989	207.797
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado	-	11.921
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos de controladas	-	103
Constituição de reserva legal	(6.349)	(1.386)
Base para pagamento de dividendos	120.640	26.446
Efeito da cisão		(191.989)
Dividendo mínimo obrigatório	30.160	6.612
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	30.160	-
Constituição de reserva estatutária	-	13.223
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	6.611
Aumento de capital proposto	60.320	-
Total distribuído	120.640	26.446

17.1 Dividendos do exercício de 2017 propostos

A Companhia registrou dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976 no valor de R\$30.160, correspondente a R\$ 0,05483609029 por ação ordinária e preferencial. Conforme deliberado em Reunião de Diretoria realizada em 23 de março de 2018, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer no dia 27 de abril de 2018.

A Diretoria da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual segue: (i) R\$ 6.349 destinados para a reserva legal; (ii) dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ 30.160, correspondente a R\$ 0,05483609029 por ação ordinária e preferencial, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada;

(iii) reserva de dividendos não distribuídos de 25% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ 30.160, conforme permitido pelo artigo 202 § 4º da Lei 6.404/1976 e; (iv) aumento de capital no montante de R\$ 60.320 conforme permitido pelo artigo 199 da mesma Lei. Tal proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pela AGO, a quem deverá definir as condições de pagamento dos dividendos.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição. A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Numerador:		
Resultado líquido de operações continuadas	126.989	11.075
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	196.722
Resultado líquido do exercício	126.989	207.797
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Das operações continuadas		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,23089	0,02014
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,23089	0,02014
Das operações descontinuadas		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	-	0,35768
Resultado básico e diluído por ação preferencial	-	0,35768
Do resultado líquido do exercício		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,23089	0,37781
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,23089	0,37781
Não houveram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.		
A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.		

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Reapresentado	
	Consolidado	
	2017	2016
Mercado de curto prazo - CCEE (nota nº 5)	(2.354)	193
Receita operacional bruta	(2.354)	193
PIS	39	(2)
COFINS	177	(15)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(2)
Receita operacional líquida	(2.138)	174

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Reapresentado	
	Consolidado	
	2017	2016
Aluguéis - partes relacionadas (nota nº 23.1)	(5)	(5)
Acordo YPF (nota 14.2 (b.3))	-	190.890
Seguros	(28)	(38)
Arrendamentos e aluguéis	1	(107)
Tributos	-	(109)
Taxas diversas	(78)	(747)
Outras	(9)	50
Total	(119)	(899)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Reapresentado	
	Consolidado	
	2017	2016
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.236	5.532
Atualização de créditos tributários	62	-
Atualização de depósitos judiciais	2.436	3.155
PIS e COFINS sobre receita financeira	(313)	(404)
Total	6.421	8.283
Despesas Financeiras		
Atualização monetária de P&D	-	(485)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(1)	(39)
Cartas de fiança e seguros garantia	(2.034)	(1.012)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	32	(799)
Atualização monetária de processos judiciais	(2.406)	(3.101)
Outras despesas financeiras	(11)	(3)
Total	(4.409)	(4.163)
Variações Cambiais Líquidas		
Variação cambial sobre fornecimento de gás	-	-
Variações cambiais sobre depósitos judiciais	-	13
Outras	-	(53)
Total	-	(40)
Total resultado financeiro	2.012	4.120

	2017	2016	2017	2016
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.236	5.532	22.195	13.157
Atualização de créditos tributários	62	-	323	872
Atualização de depósitos judiciais	2.436	3.155	3.847	4.917
PIS e COFINS sobre receita financeira	(313)	(404)	(1.226)	(881)
Total	6.421	8.283	25.139	18.065
Despesas Financeiras				
Atualização monetária de P&D	-	-	(485)	(591)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(1)	(39)	(5)	(60)
Cartas de fiança e seguros garantia	(2.034)	(1.012)	(2.558)	(1.252)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	32	(799)	(799)	(112)
Atualização monetária de processos judiciais	(2.406)	(3.101)	(3.816)	(4.932)
Outras despesas financeiras	(11)	(3)	(3)	(13)
Total	(4.409)	(4.163)	(7.666)	(6.960)
Variações Cambiais Líquidas				
Variação cambial sobre fornecimento de gás	-	-	-	(14.870)
Variações cambiais sobre depósitos judiciais	-	-	13	(132)
Outras	-	-	(53)	(28)
Total	-	-	(40)	(15.030)
Total resultado financeiro	2.012	4.120	17.433	(3.925)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Reapresentado						
	Consolidado						
	2017	2016					
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:							
Na rubrica de tributos:							
Correntes	-	-	-	-	(98)	(98)	(44)
Diferidos	-	3.025	1.089	(22.657)	(8.156)	27.458	9.885
Total	-	3.025	1.089	(35.860)	(12.926)	27.360	9.841
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:							
Resultado antes dos tributos	126.989	126.989	6.961	6.961	177.393	177.393	(22.128)
Adições (exclusões):							
Variação cambial do período	-	-	-	-	-	117	117
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(4.303)	(4.303)	(39)
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	-	-	-	(98.724)	(98.724)	(24.072)	(24.072)
Provisões trabalhistas	-	-	-	13	13	18	18
Provisões fiscais	223	223	-	2.533	2.533	337	337
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	-	-	-	-	3.007	2.839	2.839
Resultado de equivalência patrimonial	(124.530)	(124.530)	(9.368)	(9.368)	-	-	-
Fornecedores - Provisão materiais e serviços	-	-	-	-	(10)	(10)	206
Provisão para participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	-	-	(115)	(115)	209
Reversão de provisões	(3.245)	(3.245)	-	-	(3.245)	(3.245)	-
Outras	-	-	(260)	(260)	(1.022)	(831)	2.425
Total das adições (exclusões)	(127.552)	(127.552)	(9.628)	(9.628)	(101.867)	(17.960)	(17.860)
Resultado ajustado	(563)	(563)	(2.667)	(2.667)	75.526	75.717	(4

Brasiliiana Participações S.A. Brasiliiana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2 Remuneração da alta administração
A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária na controlada Uruguiana e pelo Conselho de Administração na controlada AES Elpa. Abaixo a remuneração consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Reapresentado	
	Consolidado	
	2017	2016

Benefícios de curto prazo (a)	832	963
Outros Benefícios de longo prazo (b)	27	31
Remuneração baseada em ações (c)	27	-
Total	886	994
(a)	Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).	
(b)	Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e	
(c)	Compostos por opções de ações a alta administração das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.	

Os valores referentes a pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.
A remuneração da alta administração da controlada AES Serviços no montante de R\$ 79 e R\$ 83 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, foram reclassificadas para resultado líquido proveniente de operações descontinuadas.
A remuneração de 2017 da Companhia e de suas controladas não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas da Brasiliiana Participações S.A. e em Assembleia Geral.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

24.1 Instrumentos financeiros

24.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Notas	Consolidado				Categoria
		2017		2016		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	115	115	26.946	26.946	
Investimentos de curto prazo	4	228.612	228.612	79.522	79.522	
Contas a receber	5	561	561	6.777	6.777	
Contas a receber por venda de energia - CCEE	15	33.121	33.121	33.121	33.121	
Caufões e depósitos vinculados	14	67.862	67.862	63.221	63.221	
Total		330.271	330.271	209.587	209.587	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	1.292	1.292	9.804	9.804	
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	15	70.887	70.887	70.887	70.887	
Arrendamento financeiro		-	-	410	410	
Encargos setoriais	13	136	136	138	138	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	110.336	110.336	50.016	50.016	
Total		182.651	182.651	131.255	131.255	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.
O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

24.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2017						2016					
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3				

ATIVO											
Investimentos de curto prazo	228.612	-	228.612	-	79.522	-	79.522	-	79.522	-	-
Total - Ativo	228.612		228.612		79.522		79.522		79.522		-
A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.											
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houveram transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.											

24.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e das controladas Uruguiana e AES Serviços, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos - aplicável para Companhia e controladas Uruguiana e AES Serviços

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia e de suas controladas Uruguiana e AES Serviços além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia e suas controladas Uruguiana e AES Serviços estão expostas.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada Uruguiana, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas Uruguiana e AES Serviços estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas Uruguiana e AES Serviços no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos - aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance - aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de suas controladas, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

Na controlada Uruguiana, durante os meses em que esteve em operação, a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Controlada Uruguiana não comercializou energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.
Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e suas controladas: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de PL da Companhia e de suas controladas: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira receptora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2017 é:

Consolidado	2017
Caixa e equivalentes de caixa	115
Investimentos de curto prazo	228.612
Contas a receber	33.682
Total da exposição	262.409

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julian Jose Nebreda Marquez

Diretor Presidente do Conselho

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Berned Raymond Da Santos Ávila

Fernando Quintana Merino

Marcelo de Carvalho Lopes

DIRETORIA

Julian Jose Nebreda Marquez

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Italo Carvalho de Freitas Filho

Diretor

Paulo José da Silva

Contador - CRC 1SP248693/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Brasiliiana Participações S/A

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliiana Participações S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliiana Participações S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a controlada AES Uruguiana Empreendimentos S.A. tem sido significativamente afetada pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, resultando em incertezas em relação à sua capacidade de garantir o fluxo regular desse combustível e a consequente estabilidade de suas operações. Adicionalmente, a reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016, resultou na cisão parcial da controlada Elpa S.A., e versão de seu acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eleticidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"). Parte do acervo líquido cindido inclui os investimentos em participação societária na controlada operacional Eletropaulo, dentre outros ativos, reduzindo significativamente atual capacidade de geração de resultados e caixa da AES Elpa S.A. Este assunto encontra-se divulgado na nota explicativa 1.3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.
A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.
A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.292	-	-	-	-
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	-	-
Encargos setoriais (TFSEE)	136	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	110.336	-	-	-
Total	1.428	110.336	70.887	-	-

(b.3) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.
De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.
A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.
Para a controlada Uruguiana, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina, essa controlada gerencia seu capital com objetivo principal de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2017 foi de R\$228.612.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial
Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.
A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia e de suas controladas.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMEN TO

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza distinta de cada uma de suas empresas controladas, correspondem à atividade exercida por estas. Portanto, os segmentos operacionais são as atividades de geração e holding.

- AES Elpa S.A. - Holding;
- AES Uruguiana Empreendimentos S.A. - Geração;

A seguir apresentamos-se os segmentos de reporte, considerando as seguintes premissas:

- As transações entre segmentos foram realizadas como se fossem partes independentes;
- A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano							
	Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI				3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
Investimentos de curto prazo		CDI	228.612	7.727	11.568	15.431	19.295	23.158
Subtotal			228.612	7.727	11.568	15.431	19.295	23.158

(c) Outros riscos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Uruguiana, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades dessa controlada.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.3) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica
Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial
Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia e de suas controladas.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMEN TO

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza distinta de cada uma de suas empresas controladas, correspondem à atividade exercida por estas. Portanto, os segmentos operacionais são as atividades de geração e holding.

- AES Elpa S.A. - Holding;
- AES Uruguiana Empreendimentos S.A. - Geração;

A seguir apresentamos-se os segmentos de reporte, considerando as seguintes premissas:

- As transações entre segmentos foram realizadas como se fossem partes independentes;
- A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

	2017					
	Holdings	Geração	Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	-	(2.138)	-	(2.138)	-	(2.138)
Custos operacionais	-	-	-	-	-	-
Custo com energia elétrica/gás	-	(3.141)	-	(3.141)	-	(3.141)
Taxa de fiscalização	-	(1.636)	-	(1.636)	-	(1.636)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(172)	(22.248)	-	(22.420)	-	(22.420)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	(142)	-	(142)	-	(142)
Reversão para redução ao provável valor de realização de ativos	-	23.664	-	23.664	-	23.664
Depreciação e amortização	-	(23.664)	-	(23.664)	-	(23.664)
Outras	(279)	189.716	-	189.437	-	189.437
Total dos custos operacionais	(451)	162.549	-	162.098	-	162.098
Resultado do serviço	(451)	160.411	-	159.960	-	159.960
Resultado de equivalência patrimonial	124.530	-	-	124.530	(124.530)	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2018



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC - 1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da **Brasiliiana Participações S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulihôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Julian Jose Nebreda Marquez
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Barueri, 23 de março de 2018

Italo Carvalho de Freitas Filho
Diretor

Uma das empresas mais sustentáveis do setor de energia.



Inovação e tecnologia! Esses são os atributos que guiam a forma como construímos, junto aos nossos clientes, soluções sustentáveis em energia. É que, mais uma vez, contribuíram para destacar a companhia no Guia EXAME de Sustentabilidade.

